

A universidade brasileira e o papel do intelectual em Florestan Fernandes¹

Zuleide S. Silveira

Introdução

Em um contexto de expansão da educação superior, com predomínio de interesses mercantis que desafiam a regulação estatal, comprometendo a formação universitária e as funções da universidade, muitas são as questões em torno da universidade como lugar privilegiado de formação profissional e intelectual do pensamento crítico e autônomo.

O posicionamento de intelectuais tem se tornado mais complexo. Parece-nos existir uma crise da intelectualidade em que as dificuldades estão em saber por onde passa a intervenção do intelectual e o modo de enfrentar a realidade. São reflexões que requerem exame crítico. Sem ter a pretensão de esgotar o estudo, buscamos apreender nas análises de Florestan Fernandes as concepções de universidade e do papel do intelectual, por considerá-las atuais e referenciais.

O texto está estruturado em dois eixos: *O papel do intelectual na construção de uma nova ordem* e *A Universidade brasileira: dilemas e perspectivas*.

O papel do intelectual na construção de uma nova ordem

Refletir sobre o papel do intelectual, suas tarefas, as dimensões históricas em que se inscrevem, requer considerar as noções de Gramsci, sua teoria sobre os intelectuais pela possibilidade de contribuição que suas análises podem trazer, não para a aplicação literal que dizem respeito a uma sociedade que sofreu modificações significativas ao longo do século 20, mas sim, para articulá-las à produção científica, prática e militante de Florestan Fernandes, aproximando-nos do significado, do que representa e do que pode realizar o intelectual na sociedade contemporânea.

Para Gramsci, todos os homens são intelectuais, contudo, nem todos assumem a função intelectual. Este modo de problematizar tem como resultado o alargamento do

¹ Trabalho apresentado na Mesa Coordenada *A obra sociológica de Florestan Fernandes* do **VI Colóquio Internacional Marx e Engels** (GT Os marxismos), promovido pelo CEMARX, realizado na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), no ano de 2009. A versão original deste texto encontra-se publicada nos anais do evento, disponível em http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2009/index.php?texto=mesa

conceito de intelectual, mas só assim, se torna possível chegar à aproximação da realidade².

Gramsci destaca que a formação de intelectuais ou camadas de intelectuais não ocorre em terreno abstrato, mas sim, segundo processos históricos tradicionais muito concretos.

Historicamente, os indivíduos são formados e distribuídos em categorias especializadas para o exercício da função intelectual, no que a atividade e a organização escolar (em sentido lato) contribuem para aprofundar e ampliar a “intelectualidade” de cada indivíduo. “A escola é o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis”³.

A relação entre os intelectuais e o mundo da produção e reprodução material é mediatizada, em diversos graus, por todo tecido social. Neste sentido, o intelectual, em Gramsci, é todo indivíduo que cumpre uma função diretiva e organizativa, isto é, educativa, seja no campo da produção, seja no campo da cultura, seja no campo administrativo-político. Intelectual é tanto o indivíduo: professor, empresário, cientista, jornalista, padre, técnico industrial, etc., quanto o partido, o sindicato e a agremiação são um intelectual coletivo, cujo papel é produzir consenso.

Portanto, o trabalho do intelectual não se desenvolve exclusivamente na sociedade política, mas também, na esfera da sociedade civil, o que não significa que sua atividade não seja política. Aliás, pode-se dizer que a função exercida por um intelectual que se liga estreitamente à participação da vida estatal, na perspectiva da transformação, ocorre mediocrementemente ou mesmo nunca.

Eu amplio muito a noção de intelectual e não me limito à noção corrente, que se refere aos grandes intelectuais. Esse estudo leva também a *certas determinações do conceito de Estado*, que habitualmente é entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo para adequar a massa popular a um tipo de produção e à economia em um dado momento); e não como *equilíbrio entre sociedade política e sociedade civil* (ou hegemonia de um grupo social sobre a inteira sociedade nacional, exercida através de organizações ditas privadas como a Igreja, os sindicatos, as escolas, etc⁴).

² Antonio Gramsci, *Cadernos do Cárcere*, v.2. *Os intelectuais; O princípio educativo; Jornalismo*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, p. 18-21.

³ Idem, *ibidem*, p.19.

⁴ Antonio Gramsci. “Lettere dal cárcere”. In: Carlos Nelson Coutinho. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999, p.127.

Gramsci evidencia que o consenso nasce “historicamente” do prestígio e da confiança adquiridos pelo intelectual devido à posição e a função que ocupa no mundo da produção da vida⁵, sendo possível imprimir-lhe uma direção político-ideológica e moral. À capacidade que um intelectual possui de produzir consenso, bem como estabelecer e preservar sua liderança intelectual e moral, Gramsci denomina de *hegemonia*.

O conceito de hegemonia traz em seu bojo a idéia de consenso, de coerção, de persuasão e de direção político-ideológica. Com efeito, no processo de construção da hegemonia se estabelece um complexo sistema de relações e mediações, com o objetivo de conquistar o consenso, permitindo, assim, a capacidade de direção. Os aspectos históricos, culturais, políticos e ideológicos da sociedade civil possuem função decisiva na construção de uma hegemonia.

Este conceito de hegemonia aclara que a direção política exercida pelo Estado sobre a sociedade não se encaminha, única e exclusivamente, das instituições governamentais e oficiais, mas também, conduz-se das organizações “privadas” que controlam e dirigem a sociedade civil – *locus* de atuação dos intelectuais.

Parece-nos que, as contribuições de Gramsci estão entre aquelas que, certamente, influenciaram a produção de Florestan sobre o papel do intelectual na sociedade brasileira.

Florestan buscou articular teoria e política com “uma prática exigente” do “significado da responsabilidade do intelectual”⁶. É a partir desta perspectiva, da qual as dimensões sociais e políticas se entrelaçam que Florestan entende o papel do intelectual, qual seja, o de intervir sobre as condições políticas no sentido de possibilitar a construção de uma nova sociedade.

Sem perder de vista o fato de que o cientista é condicionado por sua posição de classe, bem como por outras determinações não classistas, relativamente autônomas em relação às classes sociais, como nacionalidade, cor, sexo, geração, religião, além da determinação de categoria social (estudante, intelectual, burocrata, técnico, etc.), Florestan logra o mérito de articulá-las com o ponto de vista do proletariado. A pertença à categoria dos intelectuais não o distancia social e culturalmente de sua origem de

⁵Antonio Gramsci. *Cadernos do Cárcere*, v.2, cit., p. 21

⁶Florestan Fernandes, *Que tipo de república?*. São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 253.

classe. Pelo contrário, para Florestan um dos objetivos do intelectual deve ser o de reduzir a distância entre a categoria social que ocupa e o povo.

Adotando o referencial marxista, sem cair no dogmatismo que limita a ciência ao ponto de vista de classe, reduzindo a verdade ao apanágio de uma única classe, Florestan ressalta a questão da inexistência da neutralidade científica ou da “neutralidade ética”.

Mesmo em um contexto em que as novas formas de sociabilidade do capital destroem aquelas que pareciam estabelecidas, tornando-as anacrônicas: em lugar do partido político, do sindicato, dos movimentos sociais e da opinião pública, coloca-se a mídia; em lugar do espaço público como *locus* privilegiado da fazer política, coloca-se *shows*. Ainda assim, “o intelectual não pode ser neutro”; há que se posicionar social, política e criticamente, buscando compreender sua inserção na cena histórica, bem como os papéis políticos construtivos que pode desempenhar⁷.

A postura de “neutralidade ética” pode significar a vontade, em seu aspecto disfarçado ou sublimado de o intelectual participar do poder ao lado da classe dominante.

No que tange às redes de sociabilidade do intelectual, Florestan afirma existir, no âmbito de qualquer que seja a instituição, uma relação orgânica entre intelectual e poder⁸.

Entretanto, o intelectual “já não é, apenas, uma engrenagem do banco de cérebros dos donos do poder”. Gozando de autonomia relativa, ele pode assumir a identidade social e a bandeira política dos de baixo, de modo a oferecer instrumental analítico-crítico à classe dominada, com a finalidade de desmontar qualquer que seja o regime que se oponha às reais necessidades da classe trabalhadora e à organização do “Estado democrático da maioria, pela maioria e para a maioria”⁹.

Este processo de identificação com a classe trabalhadora requer, do intelectual, modificar sua relação com o mundo do trabalho com vistas a avançar no processo revolucionário. Para tanto, torna-se necessário que se transforme, se desvencilhe da vaidade e do manto protetor de instituições especializadas, deixe de ser “um parasita do

⁷ Florestan Fernandes, *Brasil: em compasso de espera. Pequenos escritos políticos*. São Paulo, Hucetec, 1980, p.50.

⁸ Florestan Fernandes, *Em busca do socialismo: últimos escritos & outros textos*. São Paulo, Xamã, 1995, p. 29.

⁹ Fernandes, *Brasil: em compasso de espera*, cit., 1980, p. 45- 46.

trabalho produtivo à serviço do capital” e estabeleça novos laços orgânicos com a fábrica, o campo, os sindicatos, os partidos operários, etc.¹⁰.

Com isto Florestan quer dizer que o aburguesamento do intelectual é muito forte, sendo necessário desprender-se “de suas raízes burguesas e pequeno-burguesas, buscando “proletarizar-se em seu coração e em sua consciência”¹¹.

Isto não significa tornar-se um “obreiro”, mas sim, que sua relação, no plano político, com a classe trabalhadora seja igualitária, sadia, de parte a parte.

Em vista disso, para se alcançar o campo de ação concreto da renovação da história, é necessário que o intelectual saia do confinamento institucional e profissional; afinal para que servem a universidade e as ciências sociais se não estiverem à serviço dos homens comuns na crítica e na reconstrução da sociedade?

A Universidade brasileira: dilemas e perspectivas

É preciso que saibamos, com plena convicção, o que pretendemos e como avaliar as funções sociais construtivas da universidade. Se não for para sermos ouvidos e exercermos influência, pelo menos para defendermos com responsabilidade e com coragem as posições que já assumimos e que precisam ser mantidas¹².

Florestan escreveu estas palavras no início de 1965. Decorridos mais de quarenta anos, elas continuam atuais, uma vez que desvelam a presença de conflitos em torno da reforma da educação superior no Brasil.

Como naquele período, a sociedade brasileira vive, hoje, uma transição, em que a reforma educativa configura-se como uma das faces da reforma do Estado com a finalidade de torná-lo ágil, produtivo e competitivo.

Para o sociólogo, a universidade está inserida na sociedade de classes, sendo uma forma de sociedade em miniatura, com organização, estruturas e ritmos próprios, ainda que, não autodeterminados e nem autosuficientes, pois que sua existência é extraída do meio societário.

Em relação dialética, a universidade determina e é determinada: extraindo sua razão de ser da sociedade, seus ritmos são alimentados pela população que pode intensificar ou moderá-los, preservar ou alterá-los. Sua funcionalidade, rendimento e

¹⁰ Idem, *ibidem*, p. 51- 52.

¹¹ Fernandes, *Em busca do socialismo*, cit., p.196.

¹² Florestan Fernandes, *Universidade brasileira: reforma ou revolução?*. São Paulo, Alfa-ômega, 1975, p. 25.

crescimento, em determinadas condições materiais e morais de existência social, são emanadas e determinadas pelas necessidades da sociedade¹³.

Contudo, no senso comum e no pensamento abstrato, o entendimento é de que a estrutura de meios e fins da universidade, organização interna, dinamismos, crescimento e qualidade são de responsabilidade da instituição.

Esta visão equivocada é resultado do modelo de instituição superior transplantado para o Brasil, em fins do século 18, que trazia, entre outros problemas, uma orientação colonialista, que enfraquecia o funcionamento da escola superior.

Como resultado, o “padrão brasileiro de escola superior” não só nasceu completamente “arcaico”, bem como projetou na cena histórica uma influência educacional perene, do tipo arcaizante, impedindo, deste modo, possibilidades de renovação.

Implantado no contexto de desagregação do regime escravista e de formação do regime de classes, sem que ocorresse ruptura dos laços de dependência econômica, cultural e educacional em relação ao exterior, o “padrão brasileiro de escola superior” tem se manifestado, com diferenças mínimas, em todos os ramos e instituições do ensino superior das redes pública e privada.

Se, por um lado, esses laços de dependência tiveram importância marcante na formulação de “idéia de universidade”, após a revolução de 1930, tendo como insígnia uma universidade que transplantava conhecimentos, totalmente descolada das necessidades socioculturais da realidade e sem projeto de construção do futuro.

De outro, acarretou, como pólo dinâmico da revolução social interna, o repúdio ao velho modelo de escola superior. A população, já nos anos 1950, passou a requerer um tipo de ensino superior que fosse capaz de responder às exigências intelectuais, sociais e culturais da civilização urbano-industrial, o que implicava expandir o ensino da ciência e tecnologia científica; intensificar a contribuição da universidade à produção de conhecimentos originais (em particular na pesquisa científico-tecnológica); formar uma nova mentalidade que pudesse libertar o docente de papéis secundários do profissionalismo liberal.

O crescimento da demanda pelo ensino superior pôs em evidência a incapacidade do velho padrão de escola superior de evoluir no sentido do “ensino pluridimensionado”, de concepção científica, democrática e utilitária de educação

¹³ Idem ibidem, p. 92-93.

escolarizada. O congestionamento quantitativo e estrutural funcional acabou por evidenciar a rigidez da instituição e sua inexequibilidade no contexto histórico-social.

Surge a universidade conglomerada como resultado de uma sociedade que se adaptou, estrutural e historicamente, à situação de dependência econômica, social, política, cultural e educacional imposta de fora para dentro, tanto em seu crescimento institucional, quanto na expansão do número de cursos e matrículas, em um contexto em que a sociedade brasileira não havia promovido, ainda, a revolução burguesa no sentido de promover a independência nacional e o desenvolvimento¹⁴.

Com efeito, toda universidade contribui para o padrão e o ritmo de desenvolvimento tanto da sociedade interna, quanto da sociedade global, cooperando para que a primeira ocupe determinada posição no conjunto da segunda. Mas em que condições?

Em situação de dependência econômica, política e cultural, a sociedade não consegue mobilizar, com eficácia, recursos materiais e humanos visto que o padrão vigente de integração societária à ordem existente se amolda, continuamente, em grau maior ou menor, às formas extremas de desigualdade econômica, sociocultural e política, manipuladas, ora de forma aberta, ora de modo dissimulado, a partir de dentro para fora, destruindo as bases de equilíbrio do sistema nacional de poder.

Restam à sociedade duas alternativas: uma, “revolução pelo desenvolvimento”, por via capitalista; outra, “revolução pela planificação”, por via socialista.

A estratégia por via capitalista poderia ser apontada como “mínima”, eis que não tem como finalidade igualar ou sobrepujar o modelo das “nações avançadas”, mas sim de adaptar e reproduzir seus avanços, reorganizando o espaço econômico, sociocultural e político da sociedade dependente.

Voltada para o processo de mudanças no padrão de dependência, esta estratégia, orientada pelos organismos multilaterais, corrige distorções sociopáticas que trazem alguns avanços, no entanto, dentro dos limites da relação imperialismo-dependência, não satisfazendo, desse modo, nem aspirações de professores, cientistas, técnicos, educadores e leigos radicais que pretendem uma universidade à altura das exigências educacionais da sociedade baseada na ciência e tecnologia, e nem atendem os interesses da burguesia industrial, em particular.

¹⁴ Idem ibidem, p. 105.

Na realidade, os embates políticos, que dela decorrem, engendram a gradual adaptação das instituições e estruturas educacionais à dimensão técnica, abrindo campo para inovação no lugar de produzir conhecimento científico novo.

Diferentemente da via capitalista, a via socialista envolve o querer coletivo no plano político. Qualquer que seja sua orientação, “reformista” ou “revolucionária”, nos limites da ordem social existente, esta estratégia abre possibilidades para solucionar problemas quantitativos e qualitativos do ensino superior, voltando-se para as quatro funções da universidade - transmitir o conhecimento acumulado, participando ativamente do progresso sociocultural da sociedade brasileira; produzir intelectualmente conhecimento novo; pesquisar e gerar pensamento crítico -, de modo a não se contentar apenas em acelerar o desenvolvimento econômico, mas, sobretudo, buscar negar e superar a dependência cultural e educacional.

Para Florestan, a orientação “reformista” só pode ocorrer em um contexto de “revolução dentro da ordem” na perspectiva da classe trabalhadora. Possuindo capacidade de engendrar “um padrão de conhecimento promissora e crítico, não-conformista e aberto à renovação”, a via socialista reformista encaminha-se na direção da “revolução contra a ordem”.

Enquanto não existir vias para atuação revolucionária, a universidade permanecerá sob o arbítrio de iniciativas institucionais, seja por governo, seja por professores e estudantes, ou por todos eles em conjunto, que falham tanto no plano técnico, quanto no político, pelo fato de reduzirem a universidade à racionalidade instrumental – a universidade é vista, tão somente, como fator de desenvolvimento e de mudança dos padrões de dependência nos limites do capital.

Para Florestan, a sociedade encontra-se em situação similar àquela em que se deu a absorção do modelo português de ensino superior: falta vitalidade do meio para orientar e regular a modernização de instituições-chaves; ao nível institucional há uma grande massa de professores e estudantes apáticos; entre os professores, ainda, prevalece o peso de interesses e valores das profissões liberais. Esta situação contribui para aperfeiçoar a ordem social vigente, neutralizando a possibilidade de reforma universitária por via socialista.

Em vista disso, conta-se com uma “reforma universitária” proposta pelo governo. Uma panacéia que não atende as exigências da situação histórico-social.

O risco está na possibilidade de a “reforma” governamental engendrar uma universidade nova, estrutural e dinamicamente debilitada, sem condições para preencher

suas reais funções e sem meios para aperfeiçoar ou para levar à sociedade um impacto construtivo na direção do desenvolvimento sociocultural autônomo e independente¹⁵.

Para Florestan, a reforma universitária é um ato de consciência de classe, mediado por vontade política, que pretende destruir os laços de dependência, buscando modernizar e racionalizar o ensino e a expansão da pesquisa científica e tecnológica¹⁶.

Para tal, urge transformar a escola de ensino superior em “universidade integrada e multifuncional” - uma universidade convertida em agência de produção do conhecimento básico, nos diferentes ramos do saber e diversos campos da ciência e da tecnologia científica, de modo a dotar a sociedade brasileira de impulso civilizatório baseado na ciência e na tecnologia científica¹⁷.

Neste sentido, o papel do intelectual inserido na vida universitária é fundamental, pois a ele compete, como professor, pesquisador ou estudante, viabilizar ‘soluções técnicas’ avançadas ou eficientes para a produção do conhecimento e imbuir-se do *ethos* político de uma sociedade nacional subdesenvolvida e dependente.

Considerações finais: proposta para debate

No Brasil, em particular, a utopia da modernização integrada à *mundialização do capital*¹⁸ criou as bases materiais e ideológicas do novo desenvolvimentismo e da política externa brasileira. Neste contexto, o governo FHC consolidou a associação dependente do Brasil ao capital mundial por meio de diretrizes sócio, políticas, econômicas e culturais, aprofundando a inserção do país na divisão internacional do trabalho.

Alcançado o poder federal, Lula vem praticando uma política que reafirma proposições e argumentos de seus antecessores governos, marcadamente, neoliberais.

A passagem do governo empresarial-militar para governos civis não alterou o modelo capitalista dependente e de heteronomia cultural e educacional. O passado se reproduz sob novas formas¹⁹.

¹⁵ Idem ibidem, p. 121-122.

Democracia e educação em Florestan Fernandes. Niterói [RJ], EdUFF, 2005.

¹⁶ Idem ibidem, p. 89.

¹⁷ Idem ibidem, p.71-75.

¹⁸ François Chesnais, *A mundialização do capital*. São Paulo, Xamã, 1996.

¹⁹ Roberto Leher, “Florestan Fernandes e a universidade no capitalismo dependente”. In: Osmar Fávero (org.).

Diante da necessidade de expansão de matrícula “para cima”, em consonância com ideário neoliberal, a contrarreforma universitária, em curso, expressa a contradição do governo Lula da Silva com seus compromissos históricos.

O modelo de universidade, ora proposto, revela nitidamente sua inspiração na agenda do Banco Mundial, do BID e CEPAL coerente com as políticas privatistas desenvolvidas pelo MEC nos últimos governos, eis que aponta, entre outros, para: a subordinação da universidade aos imperativos da acumulação e reprodução do capital, transformando as instituições de ensino superior em organizações sociais prestadoras de serviços (ensino, pesquisa e extensão) demandados pelo setor produtivo; vinculação estreita e indissociável entre os planos de desenvolvimento institucional (PDI) e setor produtivo, instrumentos de avaliação, financiamento sob a ação do “marco regulatório” do Estado.

A subordinação consentida do governo Lula aos ditames do capital, no que se refere à privatização e mercantilização da educação superior, demonstra o caráter utilitarista presente na concepção de reforma educativa, em curso desde os anos de 1990, reduzindo o processo de formação a racionalidade instrumental, tutelada, restrita e funcionalista em detrimento do conhecimento produzido universal e historicamente.

Ao velho ou ao novo estilo, o padrão de desenvolvimento que resulta do capitalismo dependente só pode gerar crescimento de tipo dependente. Por conseguinte, é impossível mudar a universidade sem transformar a sociedade, mesmo que se tenham governos tidos como “populistas” e “pró-esquerdistas”,²⁰.

Estas reflexões desvelam que o Estado brasileiro mediado por leis, decretos revogados, decretos sancionados, medidas provisórias, programas, além da anti-reforma universitária, faz o simulacro da “revolução dentro da ordem”.

Em outras palavras, o Estado brasileiro vem mantendo uma situação de contrarrevolução permanente, na qual as reivindicações das classes subalternas segregam suas lutas democráticas diante do arranjo político, que acaba por colocar em prática medidas que não atendem a reais necessidades da classe trabalhadora.

Neste contexto, o enfrentamento do debate sobre o papel do intelectual é de fundamental importância, posto que exista uma equivocada interpretação, tanto no senso comum, quanto entre intelectuais de esquerda, de que Lula da Silva vem enfrentando o

²⁰ Fernandes, *Universidade brasileira*, cit., p. 154.

neoliberalismo e os interesses dominantes, se rendendo a eles, apenas, quando as circunstâncias se impõem.

Essas são apenas algumas inquietações que, de certo modo, apareceram transversalmente ao longo deste texto, requerendo debate e aprofundamento, por parte de intelectuais como força social revolucionária, dada à relevância para a compreensão e explicação da realidade social.